

RESENHA

FINANCE CAPITAL TODAY: CORPORATIONS AND BANKS IN THE LASTING GLOBAL SLUMP

François Chesnais

Leiden: Brill, 2016 Historical Materialism Book Series

GUSTAVO MOURA DE CAVALCANTI MELLO

Recebida em 02/2017

Aprovada em 04/2017

Publicado em setembro de 2016, *Finance Capital Today* é apresentado por Chesnais como resultado de mais de 20 anos de investigações. Com um vasto currículo, do qual se pode destacar sua carreira como docente na Universidade Paris XIII, suas atividades técnico-administrativas junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), seu vínculo com a *Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens* (Attac-França), sua militância política em organizações trotskistas, bem como sua participação no grupo *Socialisme ou Barbarie*, Chesnais é reconhecido no interior do debate intelectual marxista sobretudo por seus estudos sobre as determinações e a dinâmica assumidas pelos mercados e instituições financeiras nas últimas décadas.

Em 1996, dois anos após lançar o livro *A Mundialização Financeira*, em que parte “da ideia de que a mundialização do capital constituía uma etapa a mais no processo de internacionalização do capital produtivo” (CHESNAIS, 1998, p. 7), Chesnais constata que “é da esfera financeira que é necessário partir se desejarmos compreender o movimento em seu conjunto” (idem *ibidem*), e é esse o objeto de grande parte de suas investigações empíricas e conceituais realizadas desde então, que, diga-se de passagem, levaram-no a se afastar da “Escola da Regulação”,

processo no qual o aprofundamento da leitura do terceiro volume de *O Capital* fora decisivo (CHESNAIS, 2016, pp.13-14). Em seu mais recente livro, entretanto, a referida constatação é parcialmente contraditada; a despeito de a ênfase recair na análise da dimensão financeira da acumulação, Chesnais busca apreender os nexos existentes entre esta e a sua dimensão produtiva, escapando assim da armadilha “proudhonista” de distinguir entre um “bom” e um “mau” capitalismo, o industrial e o financeiro, e vacinando-se contra posições nostálgicas e reformistas.

Logo de saída, o autor explicita o que compreende por *capital financeiro*: a centralização e a concentração “simultânea e combinada do capital-dinheiro, do capital industrial, e do capital mercantil ou comercial” (p.8), ou a imbricação de “bancos globais altamente concentrados e internacionalizados, grandes corporações transnacionais industriais e de serviços, e gigantes varejistas” (p.1). Assim, Chesnais distingue capital financeiro de “*finança qua finança*”, relativa à profusão de ações, títulos e derivativos que singram pelos mercados financeiros mundiais em movimentos altamente especulativos.

Igualmente elucidativo é o modo como Chesnais sintetiza sua concepção de “financeirização”, a “onipresença de determinações” próprias

ao capital portador de juros (e ao capital fictício, pode-se agregar), associada, entre outros fatores, ao amplo reconhecimento da imbricação entre o “capital como propriedade” e o “capital como função”; ao direcionamento das operações dos grandes oligopólios e oligopsônios industriais no sentido de se apropriar da mais-valia produzida globalmente, ao invés de criá-la— o que, por sua vez, estaria relacionado tanto à importância adquirida por suas práticas propriamente financeiras, como também às relações de cunho espoliador, crescentemente impostas às empresas mais fracas que compõem as “cadeias globais de valor”—; à “degeneração” do sistema creditício mundial, dando azo ao “*shadow banking system*”; à progressiva autonomização do capital em relação aos seus suportes materiais, assim como à sua substância social (o trabalho abstrato), na forma de uma exponencial profusão de capital fictício, cujo movimento é inerentemente instável; à universalização do “fetichismo do dinheiro”, avassalando as mais distintas esferas da vida social; e, finalmente, ao desenvolvimento da “subsunção real do trabalho às finanças”, potencializando a “exploração secundária” dos trabalhadores no interior dos mercados financeiros (pp.15-16).

Cada um desses processos é considerado empiricamente ao longo do livro, de modo mais

ou menos exaustivo, e sempre com interesse. Ao fim e ao cabo, a leitura propicia-nos uma profícua descrição de relevantes fenômenos e dimensões do capitalismo contemporâneo, incluindo o atual padrão de internacionalização do capital produtivo e as principais estratégias das grandes corporações transnacionais; o desenvolvimento e a crescente imbricação das instituições que compõem o chamado “*shadow banking system*” (fundos de pensão, companhias de seguro, gerenciadores de ativos, fundos de investimento, fundos hedge, fundos mútuos, fundos de privateequity etc.), bem como suas principais formas de atuação, *pari passu* à descrição do recente evoluer dos mercados financeiros em escala mundial; a evolução do sistema creditício e das instituições bancárias nas últimas décadas; o processo de emergência e a dinâmica da vulgarmente chamada “crise do *subprime*”; e, sobretudo, as recentes formas de imbricação entre o “*shadow banking system*”, os grandes bancos de investimento, bancos comerciais, varejistas e indústrias, constituindo “blocos de poder” relativamente homogêneos e hegemônicos no interior de distintos países, cujos aparatos estatais encontram-se fortemente subordinados a esse “blocos”.

Além da “financeirização”, Chesnais sustenta que a principal determinação do capitalismo contemporâneo é a completude do mercado mundial, como resultado de um complexo processo que, nas últimas décadas, teria como

momentos decisivos a derrocada do bloco soviético, a incorporação da China à Organização Mundial do Comércio e o avanço da liberalização na Índia (p.25). A “inédita” constituição de um mercado efetivamente mundial teria produzido pela primeira vez uma força de trabalho global (p.41), identificada por Chesnais como a principal conquista do capital na contemporaneidade. Desse modo, e diante da progressiva “perda de autonomia” por parte dos Estados-nacionais, far-se-ia necessário, mais do que nunca, adotar o ponto de vista da totalidade, ou seja, da dinâmica da acumulação em escala propriamente global. Não obstante, reconhece o autor, trata-se de algo que é “mais fácil dizer do que fazer”; os passos que Chesnais dá nesse sentido consistem em incluir em seu livro análises sobre a maneira específica por meio da qual um conjunto de países insere-se no mercado mundial e no processo de “financeirização”.

Há de se destacar, ainda, as considerações de Chesnais sobre as perspectivas do capitalismo contemporâneo; ao esposar as proposições de István Mészáros, ele propugna que o capitalismo chegou aos seus “limites estruturais” absolutos, gestando uma “crise civilizacional” sem precedentes. Por outro lado, influenciado por Robert Kurz, Chesnais reconhece que, diante da inexistência de um consistente projeto político revolucionário em escala mundial, o colapso do capitalismo tende a conduzir à imersão da humanidade na barbárie (melhor seria falar de

um novo tipo de barbárie, posto que a forma capital faz do progresso material retrocesso social, e que, sob seu jugo, civilização é barbárie e barbárie, civilização).

De uma perspectiva estritamente econômica, haveria aí uma aporia: tendo como referência as teses de Andrew Kliman, Chesnais constata que a efetivação da tendência à queda da taxa de lucro, tal qual conceituada por Marx, explicaria as pífiyas taxas globais de acumulação nas últimas décadas, e não um suposto direcionamento dos excedentes econômicos aos mercados financeiros, em detrimento da produção. Seria a crescente competição nesses mercados, num contexto de baixo crescimento econômico, que conduziria à profusão de inovações financeiras verificada, sobretudo, a partir das décadas de 1970 e 1980 (o que, diga-se de passagem, Chesnais já sustentava há tempos, como se pode ver em CHESNAIS, 2005, p.40). Ocorre que a onda de desvalorização de capital, que tradicionalmente sucede as crises econômicas e que permitiria a retomada do processo de acumulação sobre novas bases, estaria bloqueada por meio da atuação do grande capital financeiro e, particularmente, do Estado, subsumido ao primeiro. Logo, o “*quantitative easing*”, as políticas privatizantes, a redução dos impostos para os abastados e o grande capital, tudo isso competiria para alimentar a ciranda financeira e o endividamento público e privado, com esteio em uma cada vez mais falsa promessa de acumulação

futura, o que agravaria a instabilidade econômica. Não obstante, a despeito desse desempenho econômico sofrível, das instabilidades geopolíticas, da crescente desigualdade social, e assim por diante, Chesnais considera que “a crise climática e ambiental é, evidentemente, a dimensão mais grave do impasse histórico do capitalismo” (p.5).

À guisa de conclusão desta breve resenha, cabe mencionar algumas breves ressalvas ao texto de Chesnais. Fundamentalmente, parece que o autor analisa insuficientemente o movimento do conceito de capital, negligenciando ou tratando isoladamente os distintos níveis de abstração que correspondem aos diferentes passos da conceituação marxiana. Assim, por exemplo, discorre sobre o fetichismo do dinheiro, e não sobre o fetichismo do capital; deixa subteorizadas as perspectivas do desenvolvimento tecnológico, em particular do automatismo, e a tendência à elevação da composição orgânica do capital. Ademais, a despeito da proposta de estudar a dinâmica da acumulação em escala global, articulando a investigação sobre as formas contemporâneas de produção e de distribuição da mais-valia, Chesnais pouco trata dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo ou se dedica à distinção conceitual e empírica entre atividades produtivas e improdutivas desenvolvidas no interior das grandes corporações. No mesmo sentido, apesar de mobilizar a noção

de rentismo e de parasitismo, atribuindo-lhes um papel relevante, deixa de lado a análise do conceito marxiano de renda, em suas distintas formas, o que dá azo a assimilações reformistas e moralistas de suas análises (sobre o conceito de renda e sua importância para a análise do capitalismo contemporâneo, cf. PAULANI, 2016; para uma crítica tácita aos maus usos da noção de rentismo, cf. PRADO, 2015). Igualmente sintomático, Chesnais promove uma clivagem entre sobreacumulação de capital e a tendência à queda da taxa de lucro – sendo que o primeiro fenômeno resta evidentemente incompreensível sem a referência ao segundo – e tropeça aqui e acolá nos equívocos do “subconsumismo”. Numa formulação que repete em distintos momentos da obra, ele define a mais recente crise econômica mundial como “uma crise de sobreacumulação e sobreprodução combinada à uma taxa de lucro declinante”, e assevera que “o problema da realização existe ao lado de uma taxa de lucro insuficiente” (p.22). A despeito de sua singularidade irreduzível, as crises econômicas tendem a articular distintos momentos, que incluem ainda a desproporção entre departamentos, a quebra de cadeias de pagamentos, o estancamento comercial, o colapso financeiro etc. Cabe à crítica elucidar os nexos entre esses momentos, discriminando ainda entre as contradições fundamentais à forma capital e suas formas específicas de manifestação; do

contrário, corre-se o risco de produzir uma descrição eclética e equivocada dos fenômenos, ao invés de uma teoria crítica com potenciais explicativos e preditivos.

Parece problemático também o modo como Chesnais endossa a tese de Claude Serfati (pp.106-109), segundo a qual ainda se está longe da emergência de uma classe capitalista transnacional, sustentando, ao contrário, a ancoragem dos capitalistas a um Estado-nacional, mesmo no interior da União Europeia. Apesar da existência de tal ancoragem, esta parece superestimada e sustentada empiricamente de modo frágil, por meio da quantificação do número de pessoas que compõem conselhos diretivos das transnacionais sediados em mais de um país. Com isso, ignora-se a mobilidade internacional dos gestores, a tendência à sua uniformização cultural, à sua homogeneidade ideológica, entre outros fatores, muitos dos quais facilitados pelas atuais tecnologias de transporte e comunicação. Tendo em vista o decisivo papel desempenhado pelos Estados-nacionais na sustentação da acumulação de capital e no desenvolvimento dos mercados financeiros, haveria de se considerar que as grandes corporações transnacionais mobilizam estrategicamente, por canais oficiais e extraoficiais, as múltiplas estruturas e mecanismos estatais não por um sentimento patriótico, ou um apreço pelas fronteiras nacionais, e tampouco por um enraizamento nacional, mas por necessidade e por oportunidade.